

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.917 - MG (2018/0320012-8)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORES : SERGIO TIMO ALVES E OUTRO(S) - MG074170
ANTONIO CARLOS DINIZ MURTA - MG047521N
AGRAVADO : HILDA DE FARIA SIMONE
ADVOGADO : MARCIUS ALEXANDRE SIMOES DIAS - MG060534

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS, em 20/04/2018, por meio do qual se impugna decisão indeferitória de seguimento a seu Recurso Especial, esse tirado de acórdão, proferido do Tribunal de Justiça daquele Estado, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - PENHORA DE IMÓVEL UTILIZADO COMO RESIDÊNCIA DA ENTIDADE FAMILIAR - DESCONSTITUIÇÃO DA PENHORA - POSSIBILIDADE - DESNECESSIDADE DE AVERBAÇÃO, JUNTO À MATRÍCULA, DA CONDIÇÃO DE BEM DE FAMÍLIA - LEI 8.009/90.

I. Restando evidenciado que os bens penhorados consistem em uma loja, dois galpões e o apartamento que serve de residência das executadas, somente poderia incidir a impenhorabilidade sobre este último.

II. O fato de existirem outros imóveis em nome das executadas não obsta o reconhecimento da impenhorabilidade do bem, já que a lei não exige que o executado somente possua um imóvel em seu nome para que seja considerado impenhorável, e sim, que o bem penhorado sirva de residência para sua família.

III. A Lei 8.009/90 não impõe a necessidade de averbação, junto à matrícula do imóvel, da condição de bem de família seja considerado impenhorável, bastando que seja utilizado como residência pelo casal ou entidade familiar para moradia permanente" (fl. 100e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 117/125e).

No Recurso Especial, interposto com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação ao disposto no art. 85 c/c seu § 10 do CPC.

Sustenta-se, no que ora importa, o seguinte:

"Ora, demonstrado que sob a mesma matrícula se encontravam, sem desmembramento, não só o apartamento tido como bem de família mas também outros imóveis em relação aos quais foi inclusive

mantida a penhora, não há que se condenar o Estado ônus pela constrição objeto dos embargos à execução.

Isso porque a regra da causalidade que deriva do art. 85 'caput' e do § 10 do CPC leva à consideração de que devidos serão os honorários pela parte que deu causa à instauração do processo.

No caso trata-se dos embargantes, que mantiveram sob a mesma matrícula, de forma conjunta e sem atualização cadastral, imóveis de natureza distinta e plenamente independentes, tanto que mantida a penhora sobre as lojas e o galpão" (fls. 132/133e).

Requer-se, por fim, "seja o presente recurso encaminhado ao órgão julgador para realização do juízo de retratação, por se postar o acórdão recorrido em nítida divergência com entendimento do Superior Tribunal de Justiça exarado no regime de recurso repetitivo (RESP 1.452.840), nos termos do art. 1030, II, o CPC. Caso a Turma Julgador não exerça o juízo de retratação, pugna pela realização de juízo positivo de admissibilidade do recurso com posterior remessa ao STJ (art. 1030, V, 'c' do CPC), onde haverá de ser conhecido e provido para afastar a condenação do Estado em arcar com os honorários advocatícios, consoante entendimento da Súmula 303/STJ" (fl. 134e).

Sem contrarrazões.

Recurso Especial inadmitido (fls. 139/140e), com base, por analogia, na Súmula 283/STF, o que ensejou a interposição de Agravo (fls. 142/148e).

Sem contraminuta.

O presente recurso não merece prosperar.

Assim restou decidida, no Tribunal de origem, a atribuição da responsabilidade pelo pagamento dos honorários advocatícios, no caso dos autos:

"Destaco, por fim, que não merece prosperar a alegação do Estado de Minas Gerais de que é indevida a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários, uma vez que não consta a averbação, junto à matrícula do imóvel, da condição de bem de família do apartamento.

Cediço que a Lei 8.009/90 não impõe tal condição para que o bem seja considerado 'de família' ou impenhorável, bastando que seja utilizado como residência pelo casal ou entidade familiar para moradia permanente" (fl. 104e).

Observa-se, portanto, que a condenação no pagamento de honorários derivou, apenas e tão-somente, do reconhecimento de que a lei não impõe a necessidade de averbação, na matrícula do imóvel, da condição de bem de família, para que seja eficaz a impenhorabilidade. Nada se disse, portanto, sobre a questão concernente ao suposto dever de manter atualizado, o proprietário, os dados cadastrais do imóvel. Tem aplicação, portanto, na espécie, a Súmula 211/STJ.

De registrar, outrossim, que, no Recurso Especial, não se apontou eventual violação ao art. 1.022 do CPC, de modo que não se pode cogitar, no caso, sequer de prequestionamento ficto (art. 1.025/CPC).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora